DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

1. A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei n° 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 28.06.2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

Tem como principal objetivo o desenvolvimento dos portos sob sua responsabilidade, mediante a execução de programas e projetos orientados ao constante aprimoramento da gestão e das infraestruturas portuárias, promovendo, por conseguinte, a competitividade das operações e dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por seu intermédio.

Satisfação do cliente, envolvimento dos colaboradores, gestão participativa e valorização dos empregados são alguns dos princípios adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade, a fim de tornar-se referência no setor portuário.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada na Lei n.º 12.815/2013, no Decreto n.º 8.033/2013, Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, no Plano Geral de Outorgas – PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais – PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos – REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

2. GESTÃO POR RESULTADOS

No contexto da Gestão Portuária por Resultados (GPPR), a CDRJ aferiu sistemática e rotineiramente, no curso de 2015, indicadores de desempenho definidos pela SEP, assim como, deu início a implantação dos processos propostos pela consultoria DELOITTE, contratada pela Secretaria de Portos e que os trabalhos se encerraram no final de 2015. Foram identificados 62 processos envolvendo logística portuária e gestão interna. A CDRJ, juntamente com a DELOITTE, realizou workshops e treinamentos em diversas áreas, revisou os instrumentos normativos, alterou a estrutura organizacional e o seu plano de cargos e funções comissionadas. Visando o desenvolvimento e um melhor entendimento dos resultados financeiros, a Companhia, com o suporte da Deloitte, deu início a implantação do Plano de Contas Padrão, na estruturação de um modelo de custos estruturantes, além de um modelo de custeio para identificar os custos e as despesas diretas e indiretas da empresa. Em busca de um monitoramento adequado dos processos, maior eficiência e ganho de produtividade nas operações existentes, foram estabelecidos indicadores de desempenho por processos, considerando os indicadores relevantes para a política setorial, indicadores de gestão estratégica, táticos e operacionais.

3. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), a CDRJ, no que tange as suas obrigações quanto ao patrocínio e comprometimento com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa Portos Eficientes, atuou diretamente nos seguintes projetos de expansão da infraestrutura portuária e melhorias da Gestão das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR:

O Sistema PSP - Porto sem Papel, operado via WEB pelos órgãos governamentais anuentes e intervenientes das operações portuárias, já implantado e em operação, agiliza as liberações/autorizações para entrada, para operação e para saída de navios nos portos brasileiros.

O sistema PortoLog – Cadeia Logística Portuária Inteligente, com foco na melhoria da acessibilidade terrestre dos portos, em desenvolvimento pela SEP, será operado via WEB pela CDRJ no monitoramento e controle integrado da chegada de caminhões/carga ao porto. Objetiva evitar a formação de filas de caminhões nas cidades e nos acessos rodoviários aos portos.

O sistema VTMIS - *Vessel Traffic Management Information System* (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) tem como foco a melhoria da acessibilidade marítima aos portos e a sua contratação está em curso. A ser operado pela CDRJ, o VTMIS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade para prover a monitoração ativa do tráfego aquaviário. Objetiva ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Adicionalmente, a implantação do VTMIS aumentará a eficiência dos portos, melhorando a organização do tráfego aquaviário nos canais de acesso e fundeadouros.

As AALP – Áreas de Apoio Logístico Portuário complementarão o sistema PortoLog com a finalidade de apoiar a organização do fluxo de caminhões/cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade. A CDRJ iniciou a elaboração de um regulamento de credenciamento de AALP para o Porto do Rio de Janeiro. O projeto deverá ser implantado no início de 2016, contribuindo para o acesso terrestre ao porto e para as diversas atividades que ocorrerão na região portuária devido aos Jogos Olímpicos.

3.1. Recuperação da Infraestrutura de Apoio

Na área de Recuperação e Manutenção da Infraestrutura Predial, a CDRJ deu continuidade ao estabelecido no "Plano Diretor de Reforma e Manutenção de Infraestrutura Predial", visando à melhoria das condições físicas, estruturais das instalações prediais da Companhia. Devido à idade do Edifício-Sede da CDRJ, foram contratados serviços técnicos especializados na área de engenharia para a sua avaliação estrutural. Foi realizada a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em seus elevadores, inclusive o elevador destinado a portadores de necessidades especiais, localizado no Edifício Sede.

Visando à melhoria da infraestrutura administrativa predial da CDRJ, houve a locação de mesa central telefônica – PABX para uso da Diretoria além da instalação e manutenção de telefonia fixa comutada (STFC) local e nacional tráfegos fixo-fixo e fixo-móvel.

A CDRJ também contratou serviços técnicos especializados em consultoria para a elaboração de projetos em imóveis.

3.2. Manutenção da Segurança nos Portos

A CDRJ concluiu os estudos de avaliação de riscos dos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí e encontra-se em fase final de conclusão a atualização dos planos de segurança desses dois portos, uma vez que dependem de prazos externos.

No que diz respeito à Recuperação do Sistema Integrado de Segurança, que estava sendo efetuada pela empresa Expert, não houve a entrega do sistema recuperado, tanto a parte de software quanto ao hardware. A empresa contratada abandonou o processo de recuperação antes da sua conclusão, o que provocou a CDRJ a tomar medidas judiciais.

Ressalta-se que os veículos e as 330 (trezentos e trinta) capas de coletes balísticos adquiridos no exercício anterior encontram-se em uso, entretanto, a Guarda Portuária ainda encontra-se sem sistema de controle de acesso e CFTV.

3.3. Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas

O reconhecimento e a valorização pela qualificação e competência do empregado integram, de forma fundamental, o processo de motivação e de crescimento de uma equipe, visando adequação dos desempenhos atrelados a resultados. Nesse sentido, as ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento dos empregados da CDRJ, foram idealizadas a partir de um modelo que alinhasse as necessidades de treinamento ao planejamento estratégico da Companhia. O programa de capacitação se baseou na aquisição de novas competências e nas atualizações necessárias ao melhor desempenho dos empregados, alinhado à melhoria do ambiente e das relações de trabalho, refletindo ganho de satisfação e de realização pessoal e profissional. Foram 96 (noventa e seis) cursos ministrados fora das dependências da CDRJ e 21 (vinte e um) cursos "in company", perfazendo um total de 836 (oitocentos e trinta e seis) inscrições de empregados treinados e capacitados.

Foram contratados 08(oito) empregados aprovados no Concurso Público Edital de 2013, 01(um) empregado aprovado no Concurso Público Edital de 2010 e 01(um) empregado aprovado no Concurso Público Edital de 2006. 24 empregados foram demitidos, sendo 6 empregados do quadro efetivo da Companhia e 18 ocupantes de cargos de livre provimento. Em decorrência do processo de avaliação de desempenho individual foram promovidos 356 (trezentos e cinquenta seis) empregados e, 120 (cento e vinte) empregados foram promovidos por antiguidade.

A CDRJ concedeu o benefício do Vale-Cultura, que atende a 474 empregados, e manteve os benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, ou seja, incentivo à formação de nível técnico-profissional, graduação, pós-graduação e segunda graduação (247 empregados), auxílio-transporte (215 empregados), auxílio alimentação/refeição (868 empregados), plano de assistência médico-hospitalar (864 empregados), plano odontológico (86 empregados), auxílio-creche (71 empregados), seguro de vida em grupo (606 empregados), auxílio funeral, incentivo à inclusão de portadores de necessidades especiais (08 empregados), além da participação paritária com os empregados inscritos no Portus-Instituto de Seguridade Social. Os benefícios concedidos pela Companhia beneficiam, além dos empregados, 1408 dependentes no plano de assistência médico-hospitar e 537 nos demais benefícios.

O Programa de Estágio Didático-Profissional com 135 (cento e trinta e cinco) estagiários, e o Programa Jovem Aprendiz, com 28 (vinte e oito) aprendizes, ambos realizados no âmbito da CDRJ, cumpriram o objetivo de atrair e desenvolver estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de complementação da formação escolar, de experiência prática, de aperfeiçoamento técnico e cultural e de relacionamento.

3.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Gestão de Contratos

A CDRJ deu início à elaboração de Contrato de Passagem Rodoviária a ser firmado com a NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP, correspondente a uma área total de 112.574,00 m², localizada nas Glebas I e III do Porto de Itaguaí, incluindo Memorial Descritivo, laudos de avaliação dos terrenos e confecção de plantas em AutoCAD. Além disso, houve a elaboração do Termo de Referência e Orçamento estimativo para os serviços de engenharia consultiva destinados à avaliação imobiliária e atualização cadastral de parte dos imóveis de propriedade da CDRJ, incluindo serviços de topografia georreferenciados e levantamento das poligonais dos seus Portos Organizados com utilização de coordenadas geodésicas, visando a valoração e regularização patrimonial destes imóveis e a elaboração do seu novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário.

Ainda tratando da busca por novos contratos, a CDRJ deu início a elaboração do Termo de Cessão de Uso Não Onerosa de área do Porto Organizado de Itaguaí a ser firmado entre a Diretoria Geral de Material da Marinha e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, cujo objeto trata-se da utilização de área neste porto, para instalação das Linhas de Transmissão (LT) de 138 kv, provenientes de Furnas, destinadas ao Estaleiro e Base Naval da Marinha (EBN) no Município de Itaguaí, além do acompanhamento das reuniões e tratativas junto a LIGHT para alterações e definições de Interveniências necessárias .

No que diz respeito à gestão de seus ativos, a Companhia Docas do Rio de Janeiro executou vistorias técnicas em diversos dos seus imóveis, arrendados ou não, para atualização e regularização fundiária e cadastral e elaborou relatório completo dos Imóveis não operacionais. A CDRJ obteve acompanhamento e assessoria técnica, relativa aos imóveis avaliados entre 2012 e 2014, da PRAXIS Avaliação Patrimonial Ltda., através do contrato C-SUPJUR 024/2012, visando subsidiar as negociações, junto a CDURP e Prefeitura Municipal, relativas aos imóveis de propriedade da CDRJ, declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, conforme Decreto 37.791, 14/10/2013. Foi também elaborado relatório com análise dos aspectos comerciais envolvidos no pleito apresentado pela Marinha do Brasil para instalação das Linhas de Transmissão (LT) de 138 kv, provenientes de Furnas, destinadas ao Estaleiro e Base Naval da Marinha (EBN) no Município de Itaguaí.

Em relação à atividade de Relações Comerciais, a empresa se fez presente com a montagem de stands e efetiva participação de seus empregados em importantes feiras e eventos do Setor Logístico e Portuário como: Intermodal South American; Forum Anual de Portos; Expo Itaguaí; Encontro Nacional de Comércio Exterior; Encontro ANTAQ de desempenho portuário e a Expo Logística & Supply Chain.

Em relação ao imobiliário, a CDRJ vem atuando junto ao SRPU/RJ, a PGFN, ao INCRA, a SEDEC e as Secretarias Municipais de Fazenda e de Urbanismo com a finalidade de regularizar pendências com relação à Domínio Útil, no caso dos imóveis foreiros à União Federal e com relação a débitos na DAU, e em relação ao IPTU, no caso das divergências com as Autoridades Tributárias Municipais. Com relação a obras de demolição, desmembramento e remembramento, a atuação foi junto às Secretarias Municipais de Urbanismo. Também houve atuação referente a débitos de Taxa de Incêndio, inscritos ou não em dívida ativa junto ao FUNESBOM.

3.5. Recuperação Econômico-financeira

A CDRJ efetuou um pagamento antecipado de 02 financiamentos de bônus de DMLP conforme autorização DIREXE 2129ª reunião, sendo utilizado o recurso da Conta Única do Tesouro Nacional, por meio do Decreto 7155/2010. O registro contábil no valor de R$ 13.650.655,88 (treze milhões, seiscentos e cinquenta mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) e foi liquidado por R$ 3.954.108,08 (três milhões quinhentos e noventa e quatro mil e cento e oito reais e oito centavos).

Ações permanentes vêm sendo realizadas com vistas à intensificação dos processos de cobranças e, consequentemente, redução dos valores registrados em Contas a receber.

3.6. Adequação da Infraestrutura Portuária

No exercício de 2015, diversas ações foram tomadas com vistas à melhoria da infraestrutura Portuária. Dentre elas, foram recuperados os telhados dos armazéns 07 e 08 localizados no Porto do Rio de Janeiro, além dos serviços de coleta de lixo, transporte e destinação final dos resíduos oriundos das áreas administrativas da CDRJ e áreas operacionais e locação de 20 sanitários químicos. Ainda no Porto do Rio de Janeiro, foi realizada a manutenção preventiva e corretiva de seus elevadores, a recuperação e manutenção do sistema integrado de segurança – SIS – ISPS – Code, a reforma na portaria, a manutenção do sistema viário, dos dispositivos de segurança e da sinalização náutica.

No Porto de Itaguaí, foi realizada engenharia, manutenção e distribuição elétrica para o prédio administrativo e portaria principal.

Como ação conjunta, a CDRJ realizou serviços de manutenção dos dispositivos de segurança viária para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, além da locação de equipamentos de radiocomunicação para os 04 portos administrados pela Companhia.

3.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde, de Segurança do Trabalho e de Relação Porto Cidade

No ano de 2015 a Superintendência de Relação Porto Cidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho - SUPMAM, como parte da alteração no organograma da CDRJ, deixou de fazer parte da Presidência, passando a ser subordinada à Diretoria de Relações com o Mercado e Planejamento - DIRMEP. Passou a contar também com a GERPOC - Gerência de Relação Porto Cidade. Ainda nas alterações do organograma da Companhia, a SUPMAM passou a atuar de modo mais integrado nos quatro portos, de forma matricial.

No que diz respeito à Política Ambiental, a CDRJ deu continuidade ao processo de obtenção das licenças ambientais dos portos junto ao INEA - Instituto Estadual do Ambiente. O Porto de Niterói já possui licença. Para a obtenção da licença do Porto do Rio de Janeiro, a CDRJ providenciou o PEI – Plano de Emergência Individual, bem como as definições sobre o atendimento pelo CAE – Centro de Atendimento à Emergência e os encaminhou, e vem mantendo entendimentos com o órgão ambiental relacionados com passivos ambientais, de forma a obter aprovação e, aguarda a finalização do projeto de esgotamento sanitário do porto por parte da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, todos esses itens condições para a obtenção da licença. Quanto à Itaguaí, o PEI consolidado foi entregue, sendo a única pendência para a renovação da licença. Em entendimentos com o INEA ficou estabelecido que o Porto de Angra dos Reis não será objeto de licenciamento, uma vez que não opera em cais público, apenas em áreas arrendadas.

No que se refere à Gestão Ambiental, foi realizada Auditoria Ambiental nos quatro portos e é implementada fiscalização sistematizada junto aos arrendatários, além de manter reuniões com arrendatários e operadores portuários, de forma a imprimir soluções para as não conformidades.

Foi dada continuidade ao acompanhamento e discussões sobre o Programa da SEP relacionado a Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, que vem sendo elaborado pela UFRJ.

No que diz respeito à saúde e segurança do trabalho, a CDRJ participou de eventos relacionados à saúde e segurança do trabalho portuário de forma a cada vez mais conscientizar os trabalhadores portuários sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais. Para tal, a CDRJ participou das SIPAT's promovidas por arrendatários e operadores portuários, implantou a CIPA em Itaguaí e Angra dos Reis e promoveu o "Circuito Saúde" no Porto do Rio de Janeiro.

A CDRJ iniciou processo de definição dos contornos das relações dos portos com as cidades nas quais se acham inseridos, de forma a conciliar as atividades portuárias aos diversos anseios da sociedade. Essa função ocorre de forma mais profícua nos portos de Itaguaí e Rio de Janeiro, pela intensidade das atividades desenvolvidas e o caráter diferenciado das relações nos dois portos.

No Porto do Rio de Janeiro, as inaugurações da Praça Mauá e do Museu do Amanhã; a intensificação das obras de implantação do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, bem como a proximidade da realização das Olimpíadas de 2016, demandam intensa atuação.

Quanto à capacitação e treinamento, a equipe da SUPMAM participou de cursos e treinamentos, em questões pertinentes às suas funções, num total de 426 horas.

3.8. Integração com a Secretaria de Portos da Presidência da República

Com o advento do novo Marco Regulatório dos Portos, que entrou em vigor no dia 5 de junho de 2013 (Lei n° 12.815/2013), a CDRJ teve os Planos Mestres dos seus 04 portos atualizados bem como os seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). As poligonais foram atualizadas, adequadas e estão em fase final de conclusão e homologação.

4. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registrou, no exercício de 2015, uma movimentação total de 63.942.284 toneladas, que, comparada ao exercício passado, apresentou um decréscimo de 10,6%. Podemos considerar que as principais cargas que influenciaram essa queda na movimentação foram os granéis sólidos – minério de ferro, operado no Porto de Itaguaí, e as Cargas Gerais - commodities, operadas no Porto do Rio de Janeiro. Cabe ressalvar que os principais clientes dos produtos citados são os países asiáticos, especificamente a China e que as principais mercadorias movimentadas nos portos da CDRJ foram: na exportação; minério de ferro, carga conteinerizada, produtos siderúrgicos; na importação; carga conteinerizada, carvão, coque da hulha, trigo, concentrado de zinco. Considerando a Natureza da Carga, a participação no Total Movimentado foi respectivamente: Carga Geral, 13.6%; Granel Sólido, 85,7% e Granel Líquido, 0,7%. Neste exercício, 54.973.699 toneladas corresponderam ao embarque de Longo Curso e 6.963.826 toneladas ao desembarque. Na Cabotagem foram movimentadas 2.004.759 toneladas, transitaram pelos Terminais de Contêineres 380.635 unidades de contêineres, equivalente a 582.887 TEU's.

O Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore. Estudos técnicos já realizados, para o desenvolvimento do pré-sal, associados à mobilização de recursos de serviços e equipamentos especializados e de logística, nos permitem garantir o sucesso dessa empreitada.

A curva de movimentação da CDRJ, no cais, no último quinquênio, apesar do decréscimo de 2015 em relação ao exercício de 2014, tem apresentado um comportamento de equilíbrio. Ações empreendidas para o desenvolvimento na região de influência do Complexo Portuário da CDRJ, alternando previsões otimistas, ações comerciais e contratuais, apesar do cenário de incertezas que se apresenta no país, garantem o bom desempenho da referida curva.

Movimentação Geral de Carga

Em tonelada

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		Δ%
	2014	2015	
Rio de Janeiro	7.304.087	6.469.789	-11,4
Itaguaí	63.768.737	57.199.189	-10,3
Niterói	294.082	68.261	-76,8
Angra dos Reis	159.316	205.045	28,7
TOTAL	71.526.222	63.942.284	-10,6

Perfil por Natureza de Carga na CDRJ (Movimentação no Cais)

Em tonelada

Natureza da Carga	2014	2015	Δ%
Sólidos a granel	61.789.145	54.791.811	-11,3
Líquidos a granel	695.947	470.342	-32,4
Carga Geral	9.041.130	8.680.131	-4,0
TOTAL	71.526.222	63.942.284	-10,6

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2014		2015		Δ%	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	292.491	438.892	235.673	352.783	-19,4	-19,6
Itaguaí	162.517	245.093	144.962	230.104	-10,8	-6,1
CDRJ	455.008	683.985	380.635	582.887	-16,3	-14,8

5. APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1. Programa de Dispêndios Globais

O Decreto nº 8.383/2014 aprovou o PDG (Programa de Dispêndios Globais) para o exercício de 2015 em R$ 721,4 milhões. Esse fora reprogramado para um total de R$ 841,2 milhões, publicado pelo Decreto n° 8.631/2015 em 30/12/2015. O montante reprogramado é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro), totalizando de R$ 552,5 milhões e R$ 288,6 milhões, respectivamente.

O detalhamento da Lei Orçamentária Anual – LOA/2015 aprovando o Orçamento de Investimentos da CDRJ para início da execução das ações de investimentos foi divulgado em 20/05/2015. A dotação aprovada pela LOA/2015 para o Orçamento de Investimentos, após ajustes orçamentários, passou de R$ 164,3 milhões para R$ 135,4 milhões. A Receita Corrente foi reprogramada pelo Decreto 8.631/2015 para R$ 503,7 milhões, devido ao ajuste obrigatório do Sistema SIEST. Projeção mensal com base na execução do exercício de 2013.

A Receita com recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi de R$ 194,8 milhões. Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

Dispêndios

Em R$

DECRETOS	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
8.383/2014	Dotação Inicial	557.090.223	164.284.634	**721.374.857**
8.631/2015	Reprogramação	552.540.223	288.625.318	**841.165.541**

Receitas

Em R$

DECRETOS	PDG	PRÓPRIA	TESOURO	TOTAL
8.383/2014	Dotação Inicial	501.497.449	2.150.000	**503.647.449**
8.631/2015	Reprogramação	503.663.331	194.841.857	**698.505.188**

5.1.1 Valores Executados no Exercício de 2015

A execução da Receita Própria (Corrente) alcançou um faturamento de R$ 359,8 milhões, atingindo 71% do valor projetado para o exercício com base na execução de 2013.

No exercício de 2015, verificou-se uma queda no faturamento no Porto de Itaguaí de 45% em relação ao ano de 2014. No Porto do Rio de Janeiro, o faturamento se manteve na margem de projeção com um crescimento de 1% nesse mesmo período. Nos portos de Niterói e Angra dos Reis aumentou em 74% e 11%, respectivamente, em comparação a 2014, mas com baixíssimo impacto na receita total.

Os dispêndios foram corretamente aplicados quanto à apropriação orçamentária pelo regime de competência, guardando concordância com os registros contábeis, consoante o Manual Técnico de Orçamento do DEST/MP. As receitas próprias (faturados) no período alcançaram o valor de R$ 359,8 milhões. As despesas compromissadas (reservadas) para custeio e investimentos com recursos próprios somaram R$ 467,2 milhões, apresentando um resultado orçamentário negativo de R$ 107,3 milhões.

O déficit orçamentário no período é compensado com o Disponível Inicial de 2015 (Final de 2014) de R$ 170,7 milhões, saldo financeiro no SIAFI de Recursos do Tesouro para Saneamento Financeiro (Custeio) da CDRJ de R$ 24,4 milhões e R$ 19,0 milhões de repasse do Tesouro para pagamento ao Portus. Logo, verificou-se a utilização das reservas financeiras para cobertura das despesas efetivamente executadas (R$ 444,7 milhões). Foi providenciado o contingenciamento para novas contratações no intuito de buscar o equilíbrio orçamentário e reserva financeira para o exercício de 2016. Segue abaixo quadro com os respectivos valores:

Receitas Próprias no ano (Regime de Competência)	**359.847.484**
(–) Custeio (Comprom.) + Inv. Rec. Próprio (Comprom.)	**(467.181.045)**
(=) Resultado Orçamentário no período	**(107.333.561)**
(+) Disponível Inicial 2015 – Recursos Próprios	**170.662.735**
(+) Rec Tesouro – Saldo Financeiro em 31/12/14 - Custeio	**24.398.977**
(+) Rec Tesouro – repasse pgto Dívida Portus	**19.000.000**
(=) Resultado Econômico-Financeiro no período	**106.728.151**

5.1.2 Recursos

Os recursos disponíveis somaram o valor de R$ 587,2 milhões, sendo R$ 359,8 milhões em Receitas Correntes, R$ 32,3 milhões de Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2014, um saldo de R$ 24,4 milhões de repasses realizados até 2014 para aplicação em saneamento financeiro (saldo SIAFI), repasse do Tesouro para pagamento da dívida com o Portus de R$ 19,0 milhões (SIAFI) e Disponível Inicial do Balanço de R$ 170,7 milhões (Recursos Próprios).

5.1.3 Receitas Correntes

As Receitas Correntes - Operacional, Não-Operacional e Recuperação de Vencimentos - somaram R$ 359,8 milhões, apresentando um faturamento anual de 71,4% do total aprovado para o exercício de R$ 501,5. As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 70%, 72% e 112% da previsão anual.

O Porto do Rio de Janeiro encerrou o exercício com uma movimentação de 6,5 milhões de toneladas, 19,1% abaixo da média observada nos últimos três anos (2012-2014) de 8,0 milhões de toneladas, contudo o faturamento apresentou um faturamento dentro da previsão.

O Porto de Itaguaí encerrou o exercício com uma movimentação de 57,2 milhões de toneladas, 4,3% abaixo da média observada nos últimos três anos (2012-2014) de 59,8 milhões de toneladas e 10,2% em relação a 2014. Apresentou, ainda, uma variação negativa no faturamento de 58,3%.

5.1.4 Receitas de Capital

A Receita, com recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido aprovados na LOA/2015, encerrou-se com R$ 194,8 milhões, correspondendo R$ 45,1 milhões das ações do Orçamento de Investimentos e R$ 149,7 milhões de Saneamento Financeiro (Dívida Portus), sendo repassado à Dívida do Portus R$ 19,0 milhões.

5.1.5 Dispêndios Correntes

A execução dos Dispêndios Correntes representou 82% da dotação aprovada para esse grupo de R$ 528,8 milhões, alcançando R$ 432,9 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 47% e, no grupo Encargos Diversos com 42% do total realizado tendo como fonte de recursos a geração própria.

Destaque no grupo Encargos Diversos, para as despesas com "Juros da Dívida Externa", com "Dívida Judicial Trabalhista e Cível" e "Previdência Privada – Cobertura de Déficit", da seguinte forma:

(a) Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R$ 545,5 mil;

(b) Dívida Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R$ 34,4 milhões. Tendo uma execução de R$ 23,1 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios realizados direto na arrecadação;

A CDRJ permanece com dificuldade em quantificar o montante de recursos a ser bloqueado no exercício, visto que somente tem o conhecimento dos bloqueios após o fato consumado.

DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Quadro - Execução por Grupo / Dispêndios Correntes

Grupos do PDG – Dispêndios Correntes	Aprovado	Execução	% (a)
Pessoal e Encargos Sociais	257.360.515	235.588.125	91,5
Material de Consumo	5.953.000	812.226	13,6
Serviços de Terceiros	86.735.739	32.871.376	37,9
Encargos Diversos	202.490.969	143.835.330	71,0
Amortização divida	3.500.000	3.450.522	99,0
Invest. Recursos Próprios	57.953.443	28.152.372	21,0
Total (a)	**613.993.666**	**444.709.950**	**72,4**

5.2. - Orçamento de Investimentos 2015

O Orçamento de Investimento da CDRJ foi fixado pela Lei nº 13.115 de 20/04/2015 – LOA/2015 no valor de R$ 164.284.634. O detalhamento das ações foi publicado como Suplemento no Diário Oficial da União em 22/05/2015. A dotação aprovada pela LOA/2015 sofreu um decréscimo de R$ 25.891.729 após a efetivação das alterações orçamentárias de abertura de créditos em andamento inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP e ajustes (cancelamento e complementação) por parte da SEP, resultando em um valor aprovado final (ajustado) para o Orçamento de Investimento de R$ 135.392.905. A execução do Orçamento de Investimento totalizou R$ 28.370.349 ou 21,0 % do total da dotação aprovada (ajustada), conforme observado no quadro a seguir.

Orçamento de Investimento 2015

FONTE DE FINANCIAMENTO	LOA/2015	Ajustes	Lei+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado
2015	**164.284.634**	**-28.891.729**	**135.392.905**	**89.904.011**	**38.853.586**	**28.370.349**
Recursos Próprios	**32.054.001**	**25.899.442**	**57.953.443**	**57.573.993**	**31.850.929**	**28.152.372**
Geração Própria	32.054.001	25.899.442	57.953.443	57.573.993	31.850.929	28.152.372
Recursos Tesouro	**132.230.633**	**-54.791.171**	**77.439.462**	**32.330.018**	**7.002.658**	**217.977**
Recursos Tesouro Direto	2.150.000	16.000.000	18.150.000	0	0	0
Saldo Financeiro	130.080.633	-97.750.615	32.330.018	32.330.018	7.002.658	217.977
Restos a Pagar	0	26.959.444	26.959.444	0	0	0
Total geral	**164.284.634**	**-28.891.729**	**135.392.905**	**89.904.011**	**38.853.586**	**28.370.349**

A análise da execução orçamentária, de modo a compatibilizar os objetivos pretendidos pelos investimentos com os resultados alcançados no exercício de 2015, é melhor realizada através das ações que compõem o Orçamento de Investimento da CDRJ subdivididas, sob a ótica do PPA 2012-2015, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2074 - Transporte Marítimo e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

5.2.1-Programa 2074-Transporte Marítimo

O programa 2074-Transporte Marítimo possui dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispondo de R$ 120.135.655 ou 88,7% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influencia sobremaneira o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento. O cumprimento parcial das metas previstas para o programa 2074-Transporte Marítimo evidencia-se na execução de R$ 26.045.441 ou 21,7% do total da dotação aprovada. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

5.2.1.2-Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo PAC

As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC dispõe de R$ 41.612.228 ou 34,6% do total da dotação aprovada para o Programa 2074.

Não houve execução neste grupo, o que impactou negativamente o desempenho global do Orçamento de Investimento da CDRJ no exercício. As causas da nula execução envolvem variados fatores, uma vez que os projetos estão em diferentes estágios e outros sofreram cancelamentos. O detalhamento por ações apresentado a seguir identifica as características de cada ação integrante do Grupo PAC, a fim de compatibilizar os objetivos pretendidos com os resultados alcançados.

A ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro teve seus projetos cancelados. O distrato C-SUPJUR Nº 087/2014 foi assinado em 01/10/2014 tendo como objeto a rescisão amigável, a liquidação e quitação do contrato C-SUPJUR Nº 015/2013 que previa a Construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no porto do Rio de Janeiro. O termo de rescisão amigável C-SUPJUR Nº 087/2014 com CONSÓRCIO RIO Y MAR referente ao contrato C-SUPJUR Nº 015/2013 teve o montante de R$ 974.834 executado em 2014, referente ao pagamento da 7ª medição final. O contrato C-SUPJUR Nº17/2013 referente ao gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro foi paralisado e assinado o Termo de Rescisão Amigável.

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2015 com dois projetos em andamento projetando um investimento de R$ 216,7 milhões no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro e do Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro. O primeiro está em fase de procedimento licitatório através da concorrência nº 005/2011 com orçamento estimado em R$ 203,9 milhões. A licitação, entretanto, encontra-se paralisada, visto que existem dois agravos de instrumento no âmbito da Justiça Federal. A CDRJ aguarda a decisão judicial para dar continuidade ao procedimento licitatório. O segundo teve a proposta da empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A como a vencedora da licitação totalizando a importância de R$ 12,8 milhões que passa a representar o valor global dos serviços. O contrato, porém, ainda não foi assinado, pois aguarda o término da concorrência nº 005/2011.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios pretende investir cerca de R$ 40.000.000 através da Implantação do Vessel Traffic Management Information System – VTMIS. A contratação dos serviços está prevista para ser realizada através do RDC presencial nº 1/2014. No entanto, o RDC foi suspenso “sine die” em 17/03/2015 em função de Mandado de Tutela Liminar expedido pela 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2015, determinando a suspensão do andamento da licitação, no estágio em que se encontrar, até ulterior deliberação daquele juízo.

A ação 14KL- Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária abriu o Pregão Eletrônico nº 35/2014 destinado à aquisição de equipamentos de tecnologia de informação para dar suporte ao projeto e foi publicado em 14/10/2014 com abertura das propostas em 29/10/2014. Foram feitos alguns questionamentos por diversas empresas e, sanadas as dúvidas, fora retomada no segundo semestre para prosseguimento à contratação prevista para início de 2016.

Já a ação 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) encontra-se concluída. O saldo financeiro remanescente não apresenta previsão de utilização.

As demais ações do Grupo PAC estão a cargo da Secretaria de Portos – SEP a qual informou que os cronogramas dos projetos a serem financiados por estas ações orçamentárias dividem-se em duas fases. A primeira fase está sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/SEP/PR que detalhará as especificações e requisitos técnicos do projeto. A segunda fase ficará a cargo da CDRJ que será responsável pelo ajuste do projeto às especificidades de cada porto para posterior licitação e contratação dos serviços. Incluem-se neste grupo as ações orçamentárias: 14KM-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, 14RC- Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, 7U37- Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro e 7U38-Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí.

5.2.1.3 - Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo Demais

As sete ações integrantes do Grupo Demais no programa 2074-Transporte Marítimo somam R$ 78.523.427 ou 65,3% do total da dotação aprovada. Ainda que a participação das ações deste grupo no contexto geral do Orçamento de Investimento não seja expressiva, os valores executados não se mostraram satisfatórios no exercício de 2015, atingindo o montante de R$ 26.045.441 ou 33,1% do total da dotação aprovada.

A execução observada para as ações do Grupo Demais concentrou-se nas ações 144X-Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ), 145B-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ).

Os resultados alcançados por estas ações em 2015 incluem o reembolso no valor de R$ 25.519.942 à Libra Terminais Rio S/A referente à Obra de expansão do terminal 1 do Porto do Rio de Janeiro e Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R$ 307.522.

As demais ações integrantes do Grupo Demais não apresentaram execução em 2015. Os investimentos previstos para estas ações orçamentárias, entretanto, seguem em pleno desenvolvimento projetando a aplicação de recursos nos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. A posição apurada ao final do exercício de 2015 segue a seguir discriminada para cada ação orçamentária.

A ação 144Y- Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com o projeto de Recuperação da Pavimentação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) em andamento. O Projeto Básico foi concluído com orçamento estimado em R$ 1.938.032. O processo está sendo revisto pela área técnica, com previsão de contratação em 2016. A Pavimentação do Cais de São Cristóvão encontra-se em elaboração do projeto básico e tem valor estimado em R$ 5,0 milhões.

A ação 144Z- Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ), assinado o contrato C-SUJUR n° 084/2015 da Contratação dos serviços de construção de estacionamento no Porto de Itaguaí (RJ) com a empresa Rodocon Construções Rodoviárias Ltda, no valor de R$ 2.787.630,96, em 15/12/2015.

A ação 20HM- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário Desenvolvimento de Projeto Conceitual e Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental para a revitalização operacional do Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Itaguaí – RJ - TGS – III. A ação orçamentária não apresentou quaisquer outras contratações e/ou iniciativas em andamento no horizonte de planejamento do exercício de 2015. Já a ação 7390-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) está em procedimento licitatório para a Implantação da Sinalização Náutica do Canal Alternativo do Porto de Itaguaí (RJ) com orçamento estimado em R$ 2.128.137, através do Pregão n° 031/2014.

5.2.2-Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais integra três ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ dispondo de R$ 15.257.250 ou 11,3 % do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional. A execução deste grupo de ações atingiu o montante de R$ 2.324.909 ou 1,7 % do total da dotação aprovada.

Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2015 envolvem desde o serviço de Recuperação dos telhados dos armazéns do Porto do Rio de Janeiro (RJ) até as aquisições: de 01 bomba centrífuga; de 01 TV LCD “46”; Switch 24 e 48 portas; de equipamentos de informática; de Scanner de mesa da marca Epson; de impressora para confecção de crachás; de 10 notebooks; de 21 tablets; de Firewall; de 50 aparelhos telefônicos de mesa; manutenção do sistema de balizamento (reposição integral ou parcial de bóias) - C-SUPJUR n°111/2010.

Adicionalmente, os projetos de reforma das instalações da inspetoria do Porto do Rio de Janeiro, reforma dos banheiros e copas do edifício Sede da CDRJ e reforma e adequação do 9° andar do Edifício, situado na Rua Conselheiro Saraiva, encerraram o exercício em fase de procedimento licitatório e, portanto, têm previsão de execução apenas no exercício de 2016.

6. GESTÃO DOS PASSIVOS POTENCIAIS JUDICIAIS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A CDRJ promove o acompanhamento das demandas patrocinadas pelos escritórios externos contratados, mediante o exame pelos Fiscais dos contratos, dos relatórios enviados mensalmente pelos mesmos.

6.1. Número de escritórios contratados

A CDRJ atualmente possui três escritórios externos contratados: Tostes e de Paula Advocacia Empresarial, que atua nas Reclamações Trabalhistas; Ferreira e Chagas Advogados, que atua na esfera Cível, inclusive no que tange as ações judiciais de natureza fiscais; e, Advocacia Siqueira e Castro, que atua na defesa da CDRJ em ações específicas proposta pela empresa United Kingdom, a saber:

1) Ação n° 0343789-90.2008.8.19.0001, movida contra a empresa CSN e a CDRJ requerendo, possibilidade de embarque de carga no terminal arrendado pela CSN no Porto de Itaguaí.

Em decisão proferida pelo Juízo da 47ª Vara Cível, foi autorizado o cancelamento da janela de embarque no período de 15.01.2014 a 23.01.2014; determinado que seja disponibilizada uma janela de embarque no período de 16/04/2014 a 28/04/2014; e, foi indeferido o pedido formulado pela United Kingdom de que fossem disponibilizadas novas janelas, por ter considerado que a mesma foi responsável pelo atraso no embarque. Ação julgada extinta em 09/12/2014, em razão da não apresentação de cargas para embarque, nas datas disponibilizadas. O autor entrou com apelação da sentença em 21/01/2015 e o juiz recebeu o recurso com efeito suspensivo em 10/04/2015 e em 17/04/2015 as rés apresentaram contrarrazões. A partir dessa data, a CDRJ passou a ser patrocinada na causa pelo escritório Ferreira e Chagas. Em 03/08/2015 o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça.

2) Ação n° 0025857-89.2013.8.19.0001 – Distribuída na 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, proposta contra a empresa CBPS e a CDRJ, com o objetivo de obrigar as Rés a disponibilizarem para o seu uso o Terminal de Porto de Sepetiba, arrendado para a empresa CBPS.

Em 17/07/2013 foi certificado pelo cartório da 11ª Vara Cível a existência de impugnação do valor da causa ofertada pela parte Ré.

Em 26/03/2014 os advogados da parte autora renunciaram ao patrocínio da demanda. Em 25/11/2014 foi proferida decisão da MM Juíza para que fosse retificada a informação do sistema eletrônico do Tribunal de Justiça, para constar o nome correto das partes, e, ainda, determinou a intimação da autora para dar andamento ao feito. Aguarda-se o pronunciamento no processo;

O último andamento de 18/02/2016 consta que em razão da parte autora ter produzido prova documental suplementar, cuja regularidade de produção restou afirmada por decisão irrecorrida, o magistrado deu por finda a instrução e concedeu o prazo de 10 dias para oferta das alegações finais, respeitado o contraditório. Intimou a parte autora para oferecer o seu arrazoado final. Com a juntada do memorial da autora, o cartório deverá intimar as rés, devendo a segunda ré oferecer seu memorial e a primeira aditar, querendo, o que já apresentou.

3) Ação n° 0209246-43.2014.8.19.0001 – Distribuída na 34ª Cível do Rio de Janeiro, proposta contra a empresa CSN e a CDRJ, com a obrigação de disponibilizar o terminal do Porto de Sepetiba para embarque de minério de ferro extraído pela autora.

Em 28/10/2014, foi publicada decisão para que as partes se manifestassem se tem interesse na realização de Audiência de Conciliação. Com a solicitação expressa da autora, o Juiz designou o ato para o dia 10/02/2015, às 15h:15m, na sala de audiências da 34ª Vara Cível da Capital/RJ.

Na audiência acordou-se em sobrestar o feito por 90 (noventa) dias, para que a CSN consultasse a Diretoria sobre a proposta da autora quanto aos valores de embarque e o volume de embarque. A CDRJ, naquilo que lhe cabia, concordou com abertura de janelas de embarque.

Deferido o sobrestamento do feito em 23/02/2015, o magistrado deferiu novo sobrestamento do processo por mais 60 dias e em 14/08/2015 foi proferida decisão prorrogando o sobrestamento. O último andamento do feito é a expedição de carta precatória em 30/11/2015.

6.2. Quantidade e descrição das causas relevantes

A CDRJ possui a seguinte quantidade de ações por escritório contratado:

1) Tostes e de Paula Advocacia Empresarial - Reclamações Trabalhistas: 1.831 ações em andamento, incluindo as 271 Ações denominadas Cartas de Sentença, desdobramentos da Ação Principal n° 1.637/91;

2) Ferreira e Chagas Advogados - Ações Judiciais Cíveis: 650 ações em andamento, referentes a Cautelares, Civis Públicas, Desapropriações, Despejo, Reintegração de Posse, Embargos e Recursos, Execução, Ação de Cobrança, Execução Fiscal e Repetição de Indébito, algumas combinadas entre si;

Dentre as ações cíveis em curso, existem as que se pode considerar como “causas relevantes”, tendo em vista os valores expressivos, que podem impactar as finanças da CDRJ.

Podemos destacar as ações referentes ao leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), as do PORTUS Instituto de Seguridade Social, e as da empresa Triunfo Logística Ltda, conforme seguem:

a) Ações oriundas do leasing da extinta PORTOBRÁS – Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos daquela empresa para a CDRJ, administrados pelas seguintes instituições: Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A, Unibanco Leasing S/A e Manufactures Hannover. Em 3 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (CIAM), em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). No ano de 2011 houve liberação do montante de R$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin empreendimentos S/A (Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S.A.). A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido foi confirmado em juízo, e as arrecadações suspensas.

As empresas Unibanco *Leasing* S/A e Manufactures Hannover também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal.

Em 04/11/2015 foi ordenada a transferência a favor do Juízo da 21ª Vara Cível (porque penhora antecedente), da quantia de R$ 1.063.559,57, tendo em vista que a penhora solicitada pela precatória de vênia expedida pelo Juízo da 19ª Vara Cível objetiva a constrição da quantia de R$ 186.374.359,71 (v.fls.6991/6992), quantia superior, promovendo a transferência do saldo remanescente a favor do Juízo da 19ª Vara Cível, que também deverá ser comunicado da transferência ora ordenada. Caso seja cumprido o ora determinado e intimadas as partes, os autos serão conclusos para extinção da presente execução, uma vez que já outorgada a quitação pelo credor e, ao que tudo indica, já atendidas todas as precatórias de vênia, inexistindo saldo a favor da devedora, circunstâncias essas que deverão ser certificadas nos autos.

b) Ações relativas ao PORTUS - Em 14 de dezembro de 2000, a CDRJ, juntamente com outras empresas patrocinadoras, firmou com o PORTUS contrato de integralização de reserva, no qual contemplam vários débitos, inclusive aqueles relativos à insuficiência da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA). No mencionado contrato ficou estabelecido que ficasse a cargo exclusivo da CDRJ o pagamento do montante de R$ 23.459.196,93. Ocorre que, em razão da inadimplência, o PORTUS ajuizou ação de cobrança, na qual a CDRJ firmou, judicialmente, Termo de Confissão de Dívida no montante de R$ 41.111.506,41, acordo este que foi devidamente homologado em Juízo.

Devido ao novo descumprimento do acordo firmado judicialmente, o Instituto distribuiu ação, com pedido de execução de título judicial, sob o nº 2004.001.025.881-0, de maneira que em 08/09/2005 as partes resolveram consolidar o total devido, mediante novo instrumento de pagamento, que, igualmente, foi homologado nos autos da execução. O último acordo formalizado em 08/09/2005, nos autos do Processo nº 2004.001.025.881-0, não surtiu efeitos jurídicos, devido à existência de vícios formais do instrumento, notadamente, no que tange à inobservância da Resolução MPAS-CGPC nº 17 de 11/06/1996. Tais vícios geraram o conseqüente pedido de desistência da demanda de nº 2004.001.025.881-0 por parte do PORTUS em 28/02/2008. Sendo assim, em virtude da sentença homologatória do acordo firmado nos autos do processo, com pedido de cobrança, de nº 2004.001.107.580-2, o PORTUS iniciou o cumprimento de sentença nos termos dos artigos 475-N, III, e 475-P, II, ambos, do Código de Processo Civil.

Os cálculos apresentados pelo Instituto na petição de cumprimento de sentença, demonstram um débito de R$78.120.798,85 referente às parcelas em atraso de nº 10 a 207, todas atualizadas com base na variação do INPC/IBGE. Diante de tal fato, foi apresentada exceção de pré-executividade pela assessoria jurídica anterior da CDRJ, sendo o pedido rejeitado, o que ensejou a interposição do agravo de instrumento, o qual foi negado seguimento.

Em virtude dessa decisão, o PORTUS apresentou cálculo atualizado e solicitou penhora de imóveis de propriedade da CDRJ. Formalizado o termo de penhora, bem como, verificada a necessidade de outros bens para supressão do crédito, foi deferida a penhora on-line de valores existentes nas contas de titularidade da CDRJ. Em seguida, foi solicitada a penhora de 20% dos créditos da CDRJ oriundos dos contratos de arrendamento formalizados com a Libra Terminal Rio S/A, Multi-Car/Multi-Rio, CSN/CPBS, União Terminal e Armazéns Gerais, Triunfo Logística Ltda e Tequimar. Também foi penhorado o percentual de 20% dos créditos da CDRJ oriundos dos contratos de arrendamento celebrados perante terceiros, já depositado nos autos, do qual foi lavrado termo de penhora e concedida vista a CDRJ para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença, portanto, indispensável à elaboração dos cálculos para que se possa verificar qual o valor efetivamente devido.

Em virtude dos imóveis penhorados, terem sido desapropriados por Decreto Presidencial, e, consequentemente, por Decreto Municipal, devido à inclusão dos mesmos no projeto urbanístico na região portuária, denominado “Projeto Porto Maravilha”, os quais seriam atingidos pelo Binário do Porto, foi requerido ao Juízo em 11/12/2014, a sua exoneração da penhora, com pedido de substituição por outro dinheiro, com a determinação de oficiar-se o Cartório competente para o devido cancelamento da penhora. Ademais, foi penhorado o imóvel situado no Cais do Caju para garantir o saldo da execução.

Dessa decisão, o autor impetrou agravo de instrumento em que foi dado provimento ao qual a CDRJ se manifestou. Em 02/02/2015 foi proferido despacho, ordenando a avaliação dos imóveis dados em penhora. O magistrado determinou que o autor recolhesse as custas para avaliação do imóvel em 06/02/2015 e a CDRJ impetrou embargos de declaração, os quais não foram recebidos, haja vista tratar-se a decisão de despacho de mero expediente, que é irrecorrível.

Em 17/03/2015 foi reformada a decisão monocrática, sendo certo que foi afastada a determinação de avaliação dos imóveis e a CDRJ se manifestou e anexou aos autos cópia da decisão do referido Agravo de Instrumento. Foi verificado pelo magistrado que houve agravo interno interposto da decisão monocrática, que havia determinado a avaliação do bem. O Agravo Interno manteve a decisão proferida por este juízo, esclarecendo não haver necessidade de se avaliarem os bens. Assim, o juiz ordenou que fosse cumprida a decisão anteriormente proferida. Os depósitos para avaliação de bens efetuados neste feito deverão ser ressarcidos a parte que os recolheu, junto ao setor específico deste Tribunal.

Em 07/04/2015, o processo foi enviado ao contador para análise e em seguida, o juiz ordenou que o autor se manifestasse sobre a certidão com informação do oficial de justiça

Em 25/05/2015, a CDRJ requereu a juntada do aludo de avaliação bem como a certidão do imóvel indicado e o autor se manifestou sobre a certidão do oficial de justiça, requerendo a juntada de certidão do imóvel indicado, além de requerer a expedição de mandado de pagamento do valor reservado aos antigos patronos, sendo certo que conforme extrato do banco do Brasil existe saldo na conta judicial. Ademais, não houve o recolhimento das custas devidas para expedição do mandado. Foi dado provimento ao agravo do autor. A ré interpôs embargos de declaração em 01/07/2015, o qual foi conhecido e negado provimento. Em 15/09/2015, o juiz encaminhou o processo para lavratura do termo de penhora.

Em 26/01/2016, o magistrado ordenou que o autor fornecesse a certidão do RGI do imóvel.

c) Ação relativa à TRIUNFO – Formalizado acordo judicial com a CDRJ no que tange à locação do imóvel de posse da SEATRANS no ano de 2012, onde a empresa Triunfo assumiria a área mediante aluguel determinado, e a dívida remanescente da SEATRANS, após encontro de contas. O instrumento de transação decorreu da apuração dos haveres nos autos da Ação Indenizatória proposta pela Triunfo de n° 2000.001.052735-6 contra a CDRJ, com sentença tramitando em Execução, e do débito à época da SEATRANS junto a CDRJ, o qual originou a Ação de Despejo por falta de Pagamento de n° 0140140-33.2010.8.19.0001.Visando a extinção dos feitos, foi peticionado aos Juízos competentes, com a finalidade de extinguirem-se os feitos.

O acordo foi formalizado na ação de Despejo, onde a empresa Triunfo veio a sub-rogar nos autos judiciais os direitos e obrigações da SEATRANS, tendo, ainda, transferido a posse à Triunfo, por meio de Procuração de Instrumento Público.

c.1) Confissão de Dívidas Triunfo Logística Ltda - O acordo foi firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A empresa Triunfo reconheceu uma dívida de R$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGP-M e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

6.3 Consolidação pelos escritórios das causas remotas, possíveis e prováveis

A CDRJ, com fulcro em relatórios específicos encaminhados pelos escritórios Tostes e de Paula, e Ferreira e Chagas, registrou em 2016 as seguintes ações judiciais, ainda em curso, consideradas como prováveis, possíveis e remotas:

Relatório das Reclamações Trabalhistas:

Provável: 1422 ações, incluindo 271 Cartas de Sentença

Possível: 371 ações

Remota: 38 ações.

Relatório das Ações Cíveis, incluindo as Ações Fiscais:

Provável: 54 ações, sendo 20 Ações Fiscais

Possível: 311 ações, sendo 57 Ações Fiscais

Remota: 193 ações.

Deve-se atentar que as ações que se encontram pendentes de ajuizamento e os processos administrativos em análise, num total de 21 procedimentos, não foram classificadas como possível, remota e provável.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, iniciou um processo de modernização interna, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais buscando melhorias na eficiência da gestão e a efetividade dos seus resultados.

Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo da nova Lei dos Portos, que é eliminar as barreiras ao fluxo de comércio brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.

Nesse mister, a CDRJ atuou em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de diversos projetos de obras de infraestrutura no porto e no seu entorno visando à melhoria das vias de acessos rodoviários, ferroviários e marítimos proporcionando um crescimento econômico-financeiro do setor portuário brasileiro.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2016

ALEXANDRE PORTO GADELHA
Diretor-Presidente

DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014 Reapresentado	2013 Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	89.843	170.663	121.115
Caixa restrito	6	71.774	70.044	403.256
Contas a Receber de Clientes	7	25.742	40.276	12.569
Estoques	8	232	248	272
Créditos Fiscais a Recuperar	9	3.529	12.660	11.043
Valores a Receber	10	9.674	6.113	5.536
Outros Ativos		2.041	1.483	1.480
		202.835	301.487	555.271
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Valores a Receber	10	66.060	76.336	20.949
Depósitos Judiciais	11	22.382	20.534	12.015
Partes Relacionadas	12	293.215	279.900	-
Bens em Processo de Cessão	13	4.926	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	14	201.035	172.695	143.952
Créditos Fiscais a Recuperar	9	7.250	-	-
Outros Ativos		2.011	1.842	173
		596.879	556.234	182.015
Investimentos		-	60	49
Propriedade para Investimento	15	4.792	4.792	4.792
Imobilizado	16	1.088.063	1.103.637	986.869
Intangível		10	10	10
		1.689.744	1.664.732	1.173.735
Total do Ativo		1.892.579	1.966.219	1.729.006

PASSIVO	Nota	2015	2014 Reapresentado	2013 Reapresentado
Passivo Circulante				
Empréstimos e Financiamentos		-	-	321
Fornecedores	17	1.960	12.069	10.893
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	18	23.919	20.884	18.475
Obrigações Tributárias	19	224.521	217.861	268.637
Obrigações Contratuais	20	513.270	407.805	5.058
Benefícios Pós Emprego	21	160.661	24.905	20.697
		924.331	683.524	324.081
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos		-	14.525	12.810
Obrigações Tributárias	19	227.988	212.319	339.225
Obrigações Contratuais	20	88.225	108.146	299.422
Benefícios Pós-Emprego	21	128.386	204.705	250.059
Arrendamento Mercantil	22	664.656	431.719	362.791
Provisão Para Contingências	23	106.957	109.437	160.984
Receitas Diferidas	24	59.903	69.264	78.625
IRPJ e CSLL Diferidos	25	35.867	35.867	-
		1.311.982	1.185.982	1.503.916
		2.236.313	1.869.506	1.827.997
Patrimônio Líquido				
Capital Social	26	2.455.537	2.445.486	2.441.121
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital		60.835	45.750	45.185
Prejuízos Acumulados		(2.860.106)	(2.394.523)	(2.585.297)
		(343.734)	96.713	(98.991)
Total do Passivo e PL		1.892.579	1.966.219	1.729.006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 Reapresentado	2013 Reapresentado
Operações Continuadas				
Receita operacional líquida	27	291.872	393.127	339.061
Custos da operação	28	(77.452)	(69.607)	(73.892)
Lucro bruto		**214.420**	**323.520**	**265.169**
Resultado Operacional				
Despesas gerais e administrativas	28	(224.048)	(177.945)	(149.682)
Depreciação		(2.104)	(4.292)	(2.213)
Provisões contábeis líquidas	29	(2.991)	42.258	(68.780)
Outras receitas operacionais	30	23.913	180.868	15.111
Outras despesas operacionais	31	(18.728)	(16.014)	(25)
		(223.958)	**24.875**	**(205.589)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**(9.538)**	**348.395**	**59.580**
Resultado Financeiro				
Resultado financeiro líquido	32	**(456.162)**	**(226.546)**	**(211.715)**
Lucro/Prejuízo Antes do IR e da Cont. Social		**(465.700)**	**121.849**	**(152.135)**
Imposto de renda e contribuição Social correntes		-	(5.561)	-
Impost ode renda e contribuição Social diferidos		-	(35.867)	-
Lucro/Prejuízo do Exercício		**(465.700)**	**80.421**	**(152.135)**
Quantidade de ações		1.222.461.562	1.217.457.598	1.215.284.566
Lucro/Prejuízo por ação do capital social (em Reais)		(0,38)	0,07	(0,13)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	2015	2014 Reapresentado	2013 Reapresentado
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo da atividade principal			
Resultado do Exercício	**(465.700)**	**80.421**	**(152.135)**
(+) Ajuste de exercício anterior	143.585	584	(40.842)
(+) Depreciação e amortização	5.424	11.064	6.525
(+) Variação monetária de longo prazo	6.136	4.930	14.985
(+) Perdas estimadas com crédito liquidação duvidosa	6.281	5.773	2.741
(-) Receita de reversão de provisões	(15.645)	(57.259)	(54.031)
(+) IRPJ e CSL diferidos sobre prejuizos fiscais	-	108.101	-
(+) Provisão para férias e 13º salário	11.588	492	944
(+) Provisão para contingências	151	-	60.446
Resultado Ajustado	**(308.180)**	**154.106**	**(161.368)**
Fornecedores	(10.189)	1.176	1.089
Impostos e taxas	5.344	88.672	86.747
Pessoal	4.075	(17.357)	(23.751)
Recebiveis	(9.072)	(202.079)	3.060
Cobranças contenciosas	5.367	(736)	48.403
Impostos a recuperar	1.880	(1.617)	(1.993)
Adiantamentos	(161)	(23)	(199)
Depósitos judiciais	(121.115)	(56.048)	(29.225)
Estoques	17	24	(94)
Outros valores a receber	13.626	2.343	(7.147)
Despesas antecipadas	(399)	18	167
Obrigações previdenciarias e tributárias	23.963	(36.055)	57.748
Outros valores a pagar	85.542	131.372	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(309.302)**	**63.796**	**(26.563)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Variação do realizavel de longo prazo	**(156)**	**(80)**	**(19)**
Recursos bloqueados RSD	(156)	(80)	(19)
Variação do ativo permanente	**15.632**	**(128.443)**	**(25.106)**
Investimento	60	(11)	(20)
Imobilizado	15.572	(128.432)	(25.087)
Conta única do tesouro nacional - SIAFI	(1.731)	333.213	14.150
Caixa líquido consumido nas ativid de investimento	**13.745**	**204.690**	**(10.975)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variação do passivo financeiro	**195.737**	**(218.938)**	**53.616**
Empréstimo	-	(321)	(326)
Variação de partes relacionadas	(13.314)	(279.900)	-
Financiamentos em moeda nacional	232.937	68.929	61.943
Financiamentos em moeda estrangeira	(14.525)	1.715	1.360
Arrendamento	(9.361)	(9.361)	(9.361)
Variação do patrimônio líquido	**19.000**	**-**	**35.500**
Aumento de capital com créditos da União	19.000	-	35.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**214.737**	**(218.938)**	**89.116**
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	**(80.820)**	**49.548**	**51.577**
Caixa e equivalente ao caixa no inicio do período	**170.663**	**121.115**	**69.538**
Caixa e equivalente ao caixa no fim do período	**89.843**	**170.663**	**121.115**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2015	2014 Reapresentado	2013 Reapresentado
Receitas	**319.513**	**628.819**	**407.861**
Venda de mercadorias, produtos e serviços	78.516	88.298	50.229
Arrendamentos operacionais e aluguéis	226.859	341.092	303.021
Reversão de provisões	15.645	58.768	54.636
Ganho (perda) em alienação ativos imobilizados	(1.507)	140.661	(25)
Insumos adquiridos de terceiros	**(42.115)**	**(33.985)**	**(23.351)**
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(31.978)	(20.071)	(16.782)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(5.330)	(7.403)	(613)
Outros custos	(4.807)	(6.511)	(5.956)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	**277.398**	**594.834**	**384.510**
Depreciação e Amortização	**(5.424)**	**(11.064)**	**(6.525)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**271.974**	**583.770**	**377.985**
Valor adicionado recebido em transferência	**93.223**	**46.758**	**55.019**
Receitas financeiras	100.035	45.621	54.096
Outras	(6.812)	1.137	923
Valor adicionado a distribuir	**365.197**	**630.528**	**433.004**
Distribuição do valor adicionado	**365.197**	**630.528**	**433.004**
Pessoal	**401.948**	**306.405**	**384.986**
Remuneração direta	115.382	86.630	86.366
Benefícios	38.925	32.436	24.345
Benefícios pós-emprego	35.853	21.490	13.295
FGTS	10.315	9.073	8.195
INSS	27.643	28.841	31.736
Encargos	3.453	4.330	4.511
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	168.676	122.144	215.126
Honorários da diretoria	1.216	1.124	1.124
Honorários do CONFIS CONSAD	485	337	288
Tributos	**1.610**	**43.822**	**9.382**
Federais	950	43.792	5.139
Estaduais	35	30	21
Municipais	625	-	4.222
Remuneração de capitais de terceiros	**427.339**	**199.880**	**190.771**
Despesas financeiras	406.184	179.741	174.102
Aluguéis	1.987	1.628	2.043
Contratos	19.168	18.511	14.626
Resultado do Exercício	**(465.700)**	**80.421**	**(152.135)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**2.441.121**	**45.185**	**(2.585.297)**	**(98.991)**
Aumento de capital	4.365	(4.365)		
IRPJ e CSLL diferidos s/ prej. acumulados utilizados na quitação de tributos federais			108.101	**108.101**
Atualização dos créditos para aumento de capital		4.930		**4.930**
Ajustes de exercícios anteriores			584	**584**
Resultado do exercício			80.421	**80.421**
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos acumulados recuperáveis			1.668	**1.668**
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	**2.445.486**	**45.750**	**(2.394.523)**	**96.713**
Aumento de capital	10.051	(10.051)		**-**
Crédito da União para aumento de capital		19.000		**19.000**
Atualização dos créditos para aumento de capital		6.136		**6.136**
Ajustes de exercícios anteriores			117	**117**
Resultado do exercício			(465.700)	**(465.700)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.455.537**	**60.835**	**(2.860.106)**	**(343.734)**

DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorressem operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 22.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita apenas quando o valor pode ser mensurado com segurança e que seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Demonstração do resultado abrangente

Devido à realização de ajustes retrospectivos nas demonstrações financeiras do ano base de 2014, a demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Caixa Restrito representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, inclusive os serviços concluídos que ficaram por faturar após o encerramento do exercício. Do total do contas a receber a, Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos fiscais a recuperar

Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, bem como saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações.

3.9 Bens em processo de cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 13.

3.10 Cauções e depósitos vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

Os Depósitos judiciais, quando possuírem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "provisões tributárias, cíveis, trabalhistas". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

3.11 Propriedade para investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e opcionalmente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.13 Obrigações trabalhistas fiscais e contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço.

3.14 Benefícios pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.15 Arrendamento mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do

Brasil – PORTOBRÁS são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 21.

3.16 Provisões para contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.17 Receitas diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social é apropriada na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição e as relaciona às situações em que a regulamentação fiscal aplicável apresenta margem a interpretações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.19 Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 2015

Determinadas normas, alterações ou interpretações de normas emitidas pelo CPC passaram a ser exigidas pela primeira vez em 2015, porém não estão extensivas às operações da CDRJ e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 – REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2014, originalmente divulgadas em 02/04/2015, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado do exercício, conforme sucinta descrição dos fatos:

Em 2014 a Companhia não reconheceu o resultado da baixa de alguns imóveis que foram desapropriados pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, para readequação de áreas de acesso e urbanização da região portuária do Município do Rio de Janeiro.

A desapropriação ocorreu por meio do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio útil, os direitos aquisitivos e as benfeitorias de alguns imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, destinados à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro.

Estes imóveis foram parcialmente quitados com aceitação pela CDRJ de redução de parte débitos tributários do Imposto Sobre Serviços com o Município do Rio de Janeiro (notas 4.5 e 19) e com valores a receber em 120 parcelas, a partir de agosto de 2016.

A negociação também incluiu um depósito judicial como forma de substituição da garantia no processo 0022472-95.1997.8.19.0001, movido pelo Portus – Instituto de Previdência Social, cujo objetivo era a liberação dos imóveis, alvo de penhora no citado processo.

Em 2015, a Administração da Companhia entendeu a necessidade de efetuar ajustes retrospectivos às suas demonstrações contábeis, devido o resultado financeiro da desapropriação e, consequentemente, a apuração de ganho de capital originalmente terem ocorrido em 2014. Assim, de forma prudente, optou-se pela reapresentação das informações financeiras daquele exercício, reconhecendo não apenas o resultado da baixa dos imóveis como seus efeitos nas demais contas patrimoniais e de resultado.

Em consequência desta contabilização, o valor do patrimônio líquido e o saldo da provisão do imposto de renda e contribuição social corrente e diferida foram revisados e também readequados.

Além do reconhecimento retroativo dos efeitos da desapropriação supracitada, apresentamos o ajuste realizado no passivo, referente ao grupo Obrigações Contratuais, explicado na nota 20.

A seguir apresentamos um resumo das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) originalmente apresentadas, comparadas às demonstrações ora reapresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste. Os demais demonstrativos serão apresentados apenas com alteração nos valores comparativos do exercício anterior.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2014		
Ativo circulante	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Caixa e Equivalentes de Caixa	170.663	-	170.663
Caixa Restrito	70.044		70.044
Contas a Receber de Clientes	40.276	-	40.276
Estoques	248	-	248
Créditos Fiscais a Recuperar	12.660	-	12.660
Valores a Receber	6.113	-	6.113
Outros Ativos	1.483	-	1.483
Total do Ativo Circulante	**301.487**	-	**301.487**
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber (4.1)	18.266	58.070	76.336
Depósitos Judiciais	20.534	-	20.534
Partes Relacionadas	279.900	-	279.900
Bens em Processo de Cessão	4.926	-	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	172.695	-	172.695
Outros Ativos (4.2)	173	1.669	1.842
Total do Realizável a Longo Prazo	**496.494**	**59.739**	**556.233**
Investimento	60	-	60
Propriedades para Investimento	4.792	-	4.792
Imobilizado (4.3)	1.104.236	(599)	1.103.637
Intangível	10	-	10
Total do Ativo	**1.907.079**	**59.140**	**1.966.219**

Ajustes retrospectivos realizados no Ativo:

4.1 Valores a Receber

O valor da indenização por desapropriação correspondia a R$ 144.067 mil. Reduzido pelo abatimento do Imposto Sobre Serviços (R$ 30.179 mil) e pelo depósito judicial realizado nos autos do processo movido pelo Portus – Instituto de Seguridade Social (R$ 55.817 mil), o saldo a receber passou a ser de R$ R$ 58.071 mil.

4.2 Outros Ativos

Com base no resultado do exercício e no positivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, houve a contabilização da dedução de prejuízos fiscais em 30% (trinta por cento), conforme legislação vigente. O valor de R$ 1.669 mil será compensado nos exercícios subsequentes.

4.3 Imobilizado

A baixa corresponde à desapropriação de sete imóveis, situados na Avenida Francisco Bicalho, 49; Rua Equador, 80 a 108 (antigo 196 a 262); Rua Equador, 112 fundos (274 a 388); Rua Pereira Reis, 75 (Rua Cordeiro da Graça, 155); Avenida Rodrigues Alves, 733; Avenida Rodrigues Alves, 743 a 749; Avenida Venezuela, 194 a 224; e Avenida Venezuela, 232 a 264. Os imóveis estavam registrados pelo custo da aquisição, no montante de R$ 599 mil, excluindo-se o imóvel situado na Avenida Francisco Bicalho, 49, que já havia sido baixado em 2014 sem, entretanto, o reconhecimento do seu ganho no resultado daquele exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2014		
Passivo Circulante	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fornecedores	12.069	-	12.069
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	20.884	-	20.884
Obrigações Tributárias (4.4)	212.300	5.561	217.861
Obrigações Contratuais	32.148	375.657	407.805
Benefícios Pós Emprego	24.905	-	24.905
Total do Passivo Circulante	**302.306**	381.218	**683.524**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	14.525	-	14.525
Obrigações Tributárias (4.5)	242.498	(30.179)	212.319
Obrigações Contratuais	483.803	(375.657)	108.146
Arrendamento Mercantil	431.719	-	431.719
Benefícios Pós Emprego (4.6)	260.522	(55.817)	204.705
Provisão Para Contingências	109.437	-	109.437
Receitas Diferidas	69.264	-	69.264
Impostos Diferidos (4.7)	-	35.867	35.867
Total do Passivo Não Circulante	**1.611.768**	**(425.786)**	**1.185.982**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	2.445.486	-	2.445.486
Adiantamento p/ Aumento de Capital	45.750	-	45.750
Resultado do Exercício (4.8)	(2.498.231)	103.708	(2.394.523)
Total do Patrimônio Líquido	**(6.995)**	**103.708**	96.713
Total do Passivo	**1.907.079**	**59.140**	**1.966.219**

Ajustes retrospectivos realizados no Passivo:

4.4 Obrigações Tributárias de Curto Prazo

Com base no resultado positivo do exercício, houve saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido a Recolher no total de R$ 5.562 mil.

4.5 Obrigações Tributárias de Longo Prazo

A desapropriação possibilitou à CDRJ a redução de R$ 30.179 mil da dívida do ISS, inscrita na Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro sob a Certidão de Dívida Ativa nº 10.024851-2000, referente ao Auto de Infração nº 59.665.

4.6 Benefícios Pós Emprego

O Município do Rio de Janeiro, com base na decisão do Agravo de Instrumento nº 0023692-38.2014.8.19.0000, realizou depósito judicial de R$ 55.817 mil nos autos do processo nº 0022472-95.1997.8.19.0001, movido pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, como forma de substituição de penhora que recaía sobre o imóvel situado na Avenida Francisco Bicalho, 49.

4.7 Impostos Diferidos

Na apuração tributária, respeitando-se o regime de caixa, houve o diferimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social no total de R$ 35.867 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2014		
Demonstração do Resultado do Exercício	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita operacional líquida	**393.127**	-	393.127
Custos da operação	(69.607)	-	(69.607)
Lucro bruto	**323.520**	**-**	**323.520**
Resultado Operacional			
Despesas gerais e administrativas	(177.945)	-	(177.945)
Depreciação	(4.292)	-	(4.292)
Provisões contábeis líquidas	42.258	-	42.258
Outras receitas operacionais (4.8)	37.400	143.468	180.868
Outras despesas operacionais	(16.014)	-	(16.014)
	(118.593)	**143.468**	**24.875**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**204.927**	**143.468**	**348.395**
Resultado Financeiro			
Resultado financeiro líquido	(226.546)	-	(226.546)
Resultado Antes do Imp de Renda e da Cont. Social	**(21.619)**	**143.468**	**121.849**
Imp. de renda e contribuição social correntes (4.9)	-	(5.561)	(5.561)
Imp. de renda e contribuição social diferidos (4.9)	-	(35.867)	(35.867)
Resultado do Exercício	**(21.619)**	**102.040**	**80.421**

Ajustes retrospectivos realizados na Demonstração do Resultado do Exercício:

4.8 Outras Receitas Operacionais

Dos sete imóveis desapropriados no exercício de 2014, registrou-se a receita com alienação de bens imóveis no valor de R$ 55.817 mil, atribuída ao imóvel da Avenida Francisco Bicalho, 49, baixado tempestivamente, e R$ 87.651 mil de receita atribuída aos demais imóveis citados na nota 4.2.

4.9 Resultado do Exercício e Apuração Tributária

Os ajustes na conta Prejuízos Acumulados foram:

Receita com alienação de bens imóveis	143.468
Impostos correntes apurados	(5.561)
Impostos diferidos apurados	(35.867)
Impostos diferidos a compensar	1.668
Ajuste realizado	103.708

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco.

6 – CAIXA RESTRITO

Os valores representam os depósitos em conta única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes nacionais	95.866	117.887
(-) Perdas Estimadas (PECLD)	(70.124)	(77.611)
Totais	**25.742**	**40.276**

DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente.

8 – ESTOQUES

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

9 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
IRPJ a recuperar	3.005	8.446	6.000	-
Contribuição social a recuperar	524	1.719	1.250	-
COFINS a recuperar	-	1.826	-	-
PIS a recuperar	-	669	-	-
Totais	**3.529**	**12.660**	**7.250**	**-**

10 – VALORES A RECEBER

Créditos, em sua maioria, provenientes da desapropriação amigável com a Prefeitura do Rio de Janeiro, do termo de acordo de confissão de dívidas com a Triunfo Logística e outros acordos de menores valores.

	Circulante		Não Circulante	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Créditos a Receber da Triunfo Logística	6.191	3.919	4.300	6.266
Convênio CDRJ/INEA	500	-	-	12.000
Prefeitura do Rio de Janeiro	2.318	-	61.760	58.070
Outros Valores a Receber	665	2.194	-	-
Totais	**9.674**	**6.113**	**66.060**	**76.336**

Créditos a Receber da Triunfo Logística – Trata-se de acordo de confissão de dívidas firmado nos autos do processo judicial nº 2001.001.030635-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro entre a Triunfo Logística Ltda. e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A Triunfo reconheceu uma dívida de R$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas). Em 2015 as parcelas a vencer foram registradas considerando a projeção da taxa de juros negociada no contrato.

Convênio CDRJ/INEA – Repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Houve prorrogação do vencimento do convênio para 03/05/2016, conforme 2º Termo Aditivo assinado em 03/03/2016, no qual ficou comprovada a utilização de parte do recurso no exercício de 2015 e restante a ser utilizado em 2016.

Prefeitura do Rio de Janeiro – Saldo a Receber da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, assinado pela Presidente da República. O Decreto autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro – RJ. Dos catorze imóveis desapropriados, nove já se encontravam baixados ao fim do exercício de 2015. A negociação, aceita pela CDRJ, envolveu pagamento de parte em dinheiro, parte na redução no passivo de ISS da CDRJ (nota 4.5), depósito judicial como forma de alteração de garantia nos processos movidos pelo Portus – Instituto de Seguridade Social (nota 4.6) e saldo parcelado em 120 parcelas mensais vencíveis a partir de 10/08/2016.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU e a outros trabalhistas e cíveis:

Descrição	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Ação IPTU	19.506	13.426
Ações Trabalhistas	6	6.489
Ações Cíveis	2.870	619
Totais	**22.382**	**20.534**

12 – PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, entretanto, por solicitação da sua controladora, foram transferidos desta conta SIAFI R$ 279.900 e R$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

13 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União, que serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R$ 4.926 mil encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. Até 31 de dezembro de 2015 não houve conclusão do processo de cessão.

14 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2015	**31/12/2014**
Recursos Bloqueados – RSD	8.974	8.818
Bloqueio Judicial Leasing Portobrás	137.197	136.350
Bloqueio Fazenda Nacional – INSS	2.888	2.888
Bloqueios em Conta Corrente	47.006	22.321
Recursos Judiciais	4.970	2.318
Totais	**201.035**	**172.695**

Recursos Bloqueados RSD – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS e estão registrados no ativo não circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

***Leasing* Portobrás –** Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 22 também trata do assunto.

Fazenda Nacional/INSS – Refere-se ao bloqueio para garantia do processo de execução fiscal nº 0016487-56.2012.4.02.5101 movido pela Fazenda Nacional.

Bloqueios em Conta Corrente e Recursos Judiciais – São valores bloqueados por meio de ordem judicial de penhora on-line e recursos interpostos pela CDRJ.

15 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A CDRJ é possuidora de diversos imóveis (terrenos e edificações) situados no Município do Rio de Janeiro, sem utilização em suas atividades. Com as obras de infraestrutura do Projeto Porto Maravilha, estes imóveis vêm sofrendo forte valorização imobiliária e a Companhia estuda a possibilidade de melhor utilização destes. Alguns estão sendo objeto de desapropriação por parte do Município do Rio de Janeiro. Conforme opção da Companhia, essas propriedades estão mensuradas pelo custo histórico.

16 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

O imobilizado, em 31/12/2015, está assim composto:

Discriminação	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 2015**	**Líquido 2014**
Bens móveis	167.433	(147.633)	19.800	18.726
Bens imóveis	1.096.753	(91.483)	1.005.270	1.022.772
Imobilizado a classificar	15.625	(750)	14.875	14.801
Imobilizado em andamento	48.118	-	48.118	47.338
Totais	**1.327.929**	**(239.866)**	**1.088.063**	**1.103.637**

17 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos. Em 2015 houve baixa de, aproximadamente, R$ 8,7 mil em faturas prescritas, cujos contratos não foram executados.

18 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O Grupo Obrigações Trabalhistas e Assistenciais está composto da seguinte maneira:

	31/12/2015	**31/12/2014**
Remunerações	10.326	9.233
Consignações	458	344
Seguros	403	34
Mesada Judicial	297	283
Outros Encargos Assistenciais	1.946	1.648
Provisão de Férias e Encargos	10.489	9.342
Totais	**23.919**	**20.884**

19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
ISS **(19.1)**	85.727	76.213	227.988	212.319
PASEP/COFINS	841	6.000	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.561	5.561	-	-
IPTU	1.381	1.681	-	-
Adicional de Tarifa Portuária **(19.2)**	6.820	6.820	-	-
INSS – Apropriação mensal da folha de pagamento	3.587	2.878	-	-
INSS – Débitos previdenciários não parcelados **(19.3)**	112.682	112.184	-	-
FGTS	1.338	1.171	-	-
IR de Pessoal	5.522	4.541	-	-
Outros	1.062	812	-	-
Totais	**224.521**	**217.861**	**227.988**	**212.319**

19.1 ISS

Trata-se de Imposto sobre Serviços prestados no Município do Rio de Janeiro, vencidos e não pagos desde janeiro de 1988. Dentre os valores registrados no curto e longo prazo, constam débitos cobrados por meio de três processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. Parte desta dívida está sendo objeto de negociação com o Município do Rio de Janeiro, como forma de indenização por desapropriação administrativa, citada na nota 4. Em 2014, o montante de R$ 30.179 mil foi aceito pela CDRJ como parte do pagamento das desapropriações.

19.2 Adicional de Tarifa Portuária

Trata-se de adicional instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, cuja base de cálculo eram as operações realizadas com mercadorias importadas e exportadas, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999 quando a União efetuou transferência no valor de R$ 16.893 mil para baixa do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. A transferência não foi suficiente para a cobertura de todo o passivo.

19.3 Débitos Previdenciários não Parcelados

A Companhia possui registrado nesta conta os encargos para o INSS referentes à competência 12/2015, bem comol valores correspondentes a débitos previdenciários inscritos na Dívida Ativa da União (valores atualizados, encargos legais + honorários de sucumbência estimados) à importância de R$ 112.566 mil em 31/12/2015. Estes valores, indevidamente, não foram consolidados pela RFB e PGFN no parcelamento da Lei 11.941/2009, mantendo o status de "débitos suspensos por indicação na Lei 11.941/2009". A Companhia entende que estes gozam do benefício do parcelamento especial acima comentado e os mantém contingenciados e atualizados até a manifestação oficial da RFB e PGFN para renegociação desta dívida.

20 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Circulante		Não Circulante	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Retenções Contratuais	1.551	1.526	-	-
Depósito Caucionado	4.626	5.116	-	-
Contratos de Securitização **(20.1)**	478.202	375.657	-	-
Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1 **(20.2)**	26.706	25.360	88.225	106.011
Outros	2.185	146		2.135
Totais	**513.270**	**407.805**	**88.225**	**108.146**

20.1 Contratos de Securitização

Trata-se de obrigações da CDRJ com a União, por meio de contrato de securitização, negociadas com a garantia da receita de dois arrendatários – Libra Terminais e Sepetiba Tecon. Consubstanciado pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro, houve reclassificação do longo para o curto prazo, com o objetivo de fornecer informações confiáveis nas demonstrações contábeis acerca da posição patrimonial da Companhia. Segundo às regras do CPC 23, os efeitos da mudança de critério foram apresentadas retrospectivamente (nota4), a fim de proporcionar melhor análise comparativa.

20.2 Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1

Trata-se da obrigação assumida com o Grupo Libra referente a obras de ampliação do cais da área arrendada. As obras estruturais da denominada "retroárea", por força do contrato de arrendamento assinado em 14/08/1989, eram de responsabilidade da CDRJ e foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 07/10/2014, deliberou pelo início do ressarcimento das despesas que caberiam à CDRJ, cujo desembolso ocorreu em 04/11/2014. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023.

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano para suplementação de aposentadoria de alguns de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social.

Este fundo é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus.

A CDRJ reconheceu uma dívida de R$ 174.596 mil, entretanto, por força do Acórdão TCU nº 169/2005-TCU-Plenário, excluiu o montante referente à contribuição dos assistidos, culminando no valor incontroverso de R$ 149.732 mil.

Durante o exercício de 2015 foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R$ 5.420 mil e 7.022 mil, respectivamente (5.322 mil e R$ 6.225 mil em 2014).

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Benefícios de Curto Prazo	259.820	24.905	-	-
Benefícios de Longo Prazo	-	-	255.767	368.642
Bloqueios e Depósitos Judiciais	(99.159)	-	(127.381)	(163.937)
Totais	**160.661**	**24.905**	**128.386**	**204.705**

Os valores registrados no passivo circulante são referentes às contribuições correntes (empregados e patrocinadora), além do saldo atualizado da confissão de dívidas assinada em 01/10/2015, a ser paga no exercício de 2016.

O saldo do passivo não circulante é referente à contingência judicial da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, discutida nos autos do processo 0105594-59.2004.8.19.0001, em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ.

Os bloqueios e depósitos judiciais, cujos débitos estão registrados no curto prazo, referem-se aos seguintes processos judiciais:

- 0022472-95.1997.8.19.0001, da 26ª Vara Cível, referente ao saldo das parcelas remanescentes de acordos firmados até 2010;
- 0148310-43.2000.8.19.0001, da 49ª Vara Cível, referente a contribuições patronais;
- 0038850-87.2001.8.19.0001, da 33ª Vara Cível, referente às parcelas 20 a 26 do Termo nº 04/1998.

Os bloqueios, cujos débitos estão registrados no longo prazo, referem-se ao processo 0105594-59.2004.8.19.0001, em trâmite na 21ª Vara Cível, referente à RTSA.

22 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil;
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A;
- Unibanco *Leasing* S/A;
- *Manufactures Hannover.*

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21/09/2010 foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da antiga Comind.

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan (agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil) e R$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S.A.).

A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido permanece sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas Unibanco *Leasing* S/A e Manufactures Hannover também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

	31/12/2015	**31/12/2014**
Unibanco *Leasing* S/A	125.673	81.610
Manufactures Hannover	538.983	350.109
Totais	**664.656**	**431.719**

Em 2015, devido ao enorme impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano, o reflexo desta variação cambial repercutiu negativamente no resultado da Companhia.

23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas e cíveis a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

	31/12/2015	**31/12/2014**
Trabalhistas	90.637	93.117
Cíveis	3.442	3.441
Tributárias	12.878	12.879
Totais	**106.957**	**109.437**

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

23.1 - Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências passivas nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R$ 73.197 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas R$ 13.696 mil
- Ações Cíveis R$ 2.183 mil
- Ações Tributárias R$ 57.318 mil

23.2 - IPTU

Dentre as contingências tributárias, destacam-se as ações do IPTU, nas quais a CDRJ discute a sua incidência, pleiteando sua imunidade. Conforme decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário 253.472, aquela corte confirmou o entendimento de julgados já realizados pela 1ª e 2ª Turmas do próprio STF sobre a imunidade constitucional prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União. A ação está classificada como probabilidade remota de perdas.

24 – RECEITAS DIFERIDAS

A conta de receitas diferidas, registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo apropriadas atendendo aos prazos contratuais.

25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A recuperação destas bases fiscais são revistas anualmente, mantendo apenas o saldo do ativo que se espera recuperar. A Companhia, a partir de janeiro de 2015, está sujeita as implicações introduzidas pela Lei nº 12.973/14 que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT).

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apurou prejuízo fiscal, portanto não há alíquota efetiva para o exercício.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas do imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2015		**2014**	
Resultado antes do IR e da cont. social	**(455.358)**		**121.849**	
Alíquota fiscal combinada	34%		34%	
Tributos calculados às alíquotas nominais	154.822		(41.429)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**154.822**		**(41.429)**	
	Valores Nominais	Alíquota Fiscal Combinada 34%	Valores Nominais	Alíquota Fiscal Combinada 34%
Ajustes para apuração do IRPJ e CSLL diferidos				
(-) Desapropriação regime de caixa	-	-	143.468	48.779
(+) Recebimento de desapropriações	-	-	(85.720)	(29.145)
(+/-) Perdas estimadas c / créd. de liq. duvidosa	(1.484)	(504)	(3.803)	(1.293)
(+/-) Provisão para contingências	(2.480)	843	51.547	17.526
Imposto de renda e contribuição social apurados		**155.161**		**(5.562)**
Impostos do exercício corrente				(5.562)
Impostos diferidos				(35.867)

26 – CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para Aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC, conforme Decreto nº 2.673/1998.

Através da Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 11/12/2015, foi homologado o aumento do Capital Social da Companhia que passou de R$ 2.445.486 mil para R$ 2.455.537 mil, representado por 1.222.461.562 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Secretaria de **Portos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Quantidade de Ações			
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Governo do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Outros	40	38	78
	611.230.782	611.230.780	1.222.461.562

27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida está composta da seguinte maneira:

	31/12/2015	31/12/2014
Receita Operacional Bruta	322.035	430.058
(-) Cofins	24.520	30.202
(-) Pasep	5.384	6.552
(-) ISS	259	177
Receita Operacional Líquida	**291.872**	**393.127**

A receita operacional bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários.

28 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R$ 77.452 mil (R$ 69.607 em 2014).

Serviços Portuários	31/12/2015	31/12/2014
Manutenção	8.293	5.375
Pessoal e Encargos	59.422	49.487
Serviços de Terceiros	6.417	7.972
Depreciação	3.320	6.773
Totais	**77.452**	**69.607**

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Discriminação	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e Encargos	173.851	134.976
Serviços de Terceiros	22.596	13.472
Contratos Securitizados Libra/SepetibaTecon	19.168	18.511
Despesas Tributárias	1.603	2.394
Despesas Legais e Judiciais	5.330	6.876
Outras	1.500	1.716
Totais	**224.048**	**177.945**

29 – PECLD E PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

	31/12/2015	31/12/2014
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (29.1)	3.884	(5.573)
Provisão para Férias	(1.147)	(492)
Provisão para o 13º Salário	(9.219)	(8.313)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(468)	(423)
Provisão para Contingências (29.2)	4.033	57.259
Provisão para Perdas em Investimentos	(74)	-
Totais	**(2.991)**	**42.258**

29.1 – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A CDRJ provisiona a perda estimada com clientes quando os recebíveis encontram-se vencidos há mais de 6 meses ou quando há histórico recente de inadimplência. Em 2015 houve reversão de perdas devido ao encontro de contas firmado entre as empresas CSN, Sepetiba Tecon e a CDRJ, visando, visando resolver as controvérsias entre as partes e baixar pendências de anos anteriores contabilizadas no Contas a Receber.

29.2 – Provisão para Contingências

Conforme já mencionamos na nota explicativa 23, a CDRJ, com base nos relatórios jurídicos, constitui provisão em bases suficientes para fazer frente às demandas judiciais da qual faz parte. No Exercício de 2015, as contingências sofreram sucinta modificação, quando comparadas ao Exercício anterior.

30 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Aluguel	11.012	10.818
Alienação de Bens Imóveis	-	165.214
Recuperações (30.1)	8.853	-
Outras	4.048	4.836
Totais	**23.913**	**180.868**

30.1 – Recuperações

Recuperações sobre serviços e prescrição de faturas classificadas no Contas a Pagar.

31 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Cancelamento da Obra do Píer de Passageiros	-	13.205
Perdas com Alienação de Bens	1.507	2.808
Ajuste Patrimonial por Inventário Físico	11.709	-
Encontro de Contas CSN/Sepetiba Tecon	5.511	-
Outros	1	1
Totais	**18.728**	**16.014**

32 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras	16.423	2.240
Despesas Financeiras	(276.776)	(177.197)
Variações Monetárias Ativas	83.612	43.381
Variações Monetárias Passivas	(279.421)	(94.970)
Resultado Financeiro Líquido	**(456.162)**	**(226.546)**

As despesas financeiras têm como maior expressão as rubricas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus – Instituto de Seguridade Social – R$ 151.170 mil (R$ 92.427 mil em 2014), e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e juros e variação cambial dos contratos de *Leasing* do Unibanco e *Manufactures Hannover.*

33 – TESTES DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – *IMPAIRMENT*

A Companhia está em processo licitatório visando a contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no ativo imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa - UGC.

34 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	Valores expressos em Reais	
	Dezembro de 2015	**Dezembro de 2014**
Maior remuneração paga aos diretores	39.237,51	35.135,38
Maior remuneração paga aos empregados	58.278,51	46.606,73
Menor remuneração paga aos empregados	1.304,63	774,49
Remuneração média dos empregados	11.320,68	7.236,23

35 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 1º de março de 2016.

ALEXANDRE PORTO GADELHA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 025.176.637-34

GUILHERME CARVALHO DE SOUZA
DIRETOR
CPF Nº 800.374.887-91

ALBERT DOS SANTOS DE OLIVEIRA
DIRETOR
CPF Nº 013.352.137-08

AIRTON COSTA DO AMARAL
DIRETOR
CPF Nº 280.298.360-15

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR CRC – RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77

PARECER CONFIS Nº 001/2016 - CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2016

da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis,** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes – "Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S", de 01 de março de 2016.

Após a análise das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina no sentido de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da "COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO" - CDRJ, exceto quanto às ressalvas e ênfases apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 01 de março de 2016.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016

LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria de Portos

PAULO SÉRGIO DA SILVA SOUZA
Representante do Ministério dos Transportes
Suplente

VLADIMIR REIS JOAQUIM LOPES
Representante do Tesouro Nacional

JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 001/2016/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 20, Inciso XXVI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 632ª Reunião Extraordinária, realizada em 08 de março de 2016;

DELIBERA:

I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com as ressalvas e recomendações constantes no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 01 de março de 2016 e Parecer do Conselho Fiscal, datado de 08 de março de 2016;

II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2015;

III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembleia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 20 de abril de 2016, recomendando a sua aprovação pela mesma.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016.

DIOGO PERES NETO
Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 002/2016/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 20, Inciso XIV, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 632ª Reunião Extraordinária do Colegiado, realizada em 08 de março de 2016,

DELIBERA:

Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 20 de abril de 2016, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016.

DIOGO PERES NETO
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1 – Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para o grupo do ativo imobilizado, a saber: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, contrariando o disposto na Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 – disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09.Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à razoabilidade do valor dos ativos e da despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício.

2 – A Companhia registrava até 31/12/2013, na conta de "imobilizado em andamento", dentro do grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária que se acumularam ao longo dos anos devido a não imobilização destes investimentos quando do término dos projetos, e por consequência mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Em 2014 a Companhia realizou um levantamento detalhado dos projetos e identificou que em quase sua totalidade correspondiam a obras e serviços concluídos e, com base neste levantamento, reclassificou para o grupo do imobilizado o montante de R$ 226.271 mil.

Com a transferência mencionada a conta de imobilizado em andamento passou a refletir o saldo correto, porém, quanto aos valores levados ao grupo do imobilizado os mesmos não sofreram quaisquer ajustes retrospectivos por conta dos efeitos da ausência depreciação destes ativos, sendo que a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício,conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado", não sendo possível nas circunstâncias, obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos ativos.

3 – Conforme consta da Nota Explicativa 21, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia Docas do Rio de Janeiro mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano multipatrocinado para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, plano este do tipo "benefício definido" que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este plano é administrado pela PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Conforme termo de confissão de dívida assinado entre a CDRJ e a PORTUS, a Companhia atualizou seu passivo para com a PORTUS exclusivamente para o saldo devedor das contraprestações mensais vencidas. Não identificamos o registro na contabilidade da Companhia de possível saldo de déficit previdenciário de sua responsabilidade, onde, conforme último cálculo atuarial disponibilizado pela Companhia, detalhado no balancete prévio do Plano de Benefício emitido em 30/06/2013 pela PORTUS, este déficit estava à época em R$ 566.672 mil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não recebemos a resposta da carta de circularização para confirmação desses saldos e não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles garantias ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras. Em complemento a esta nota, a Companhia também está deixando de divulgar adequadamente, nas suas demonstrações contábeis, as informações mínimas requeridas previstas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, disciplinado pela Resolução CFC nº 1.425/13 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013.

4 - Conforme nota explicativa 22, a Companhia foi sucessora de dívida da antiga Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS S.A. em contratos de arrendamento mercantil firmados junto às empresas Manufactures Hannover e Unibanco Leasing S.A., que totalizaram em 31/12/2015 o montante de R$ 664.656 mil (R$431.719 mil em 31/12/2014), estando a obrigação atualizada com o resultado financeiro da variação cambial, acrescida de juros e multa, sendo que os respectivos arrendamentos foram objeto de cobrança pelos credores em ações que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Não recebemos a resposta da carta de circularização para confirmação desses saldos e não constam informações detalhadas destes processos nos relatórios de contingências emitidos pelos advogados da Companhia, não sendo possível, nas circunstâncias, obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles garantias ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Redução de capital: A Companhia vem efetuando transferências de recursos ao acionista controlador em montantes significativos a título de devolução de capital, isto porque quando do ingresso destes recursos financeiros foram os mesmos incorporados ao Capital Social da Companhia. Estes valores estão sendo mantidos em conta de empréstimos aos controladores no ativo não circulante (nota explicativa 12), pois efetivamente não ocorrera a deliberação de redução do capital por meio de assembleia geral, bem como não foram atendidas as prerrogativas previstas nos artigos 173 e 174 da Lei 6.404/76, que dentre outras limita a redução de capital até o montante dos prejuízos acumulados, ou se julgá-lo excessivo; e ainda não foram observadas à necessidade de publicação prévia da deliberação de redução de capital para abrir prazo de oposição por parte dos credores. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto.

Obrigações fiscais prescritas – Conforme nota explicativa 19.1, a Companhia é devedora do ISS (imposto sobre serviços) ao município do Rio de Janeiro de valores vencidos e não pagos desde janeiro 1988, e que ainda esta Companhia vem negociando a regularização desta contingência fiscal como forma de indenização por desapropriações administrativas. Embora esta dívida tributária esteja reconhecida na contabilidade e existam processos judiciais de cobrança em curso, uma parcela significativa do ISS reconhecido pela Companhia no passivo circulante corresponde a valores que não foram objeto de cobrança administrativa dentro dos prazos legais, decaindo o direito da Fazenda Municipal de cobrá-los tempestivamente, logo prescritos, o que não impede da Companhia de efetuar o recolhimento de forma espontânea ou até incluir na negociação acima citada. Nossa opinião não tem modificação ou ressalva em relação a este assunto.

Continuidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações. Conforme apresentado nestas demonstrações financeiras, a Companhia incorreu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em prejuízo no montante de R$ 454.200 mil e passou a possuir patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R$ 332.234 mil, em especial pelo reflexo do custo financeiro de seus endividamentos e redução da receita líquida no exercício, o que poderá provocar em curto prazo um descompasso em seu fluxo de caixa e gerando insuficiência de capital de giro. Embora a Companhia seja uma empresa de economia mista não sujeita as regras de falência, a continuidade de suas operações e cumprimento de suas obrigações dependerásubstancialmente da implementação de medidas para melhoria dos seus resultados e aporte de recursos por parte dos seus controladores. Nossa opinião também não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Reapresentação de informações nas demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa 04., os valores correspondentes às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram alteradas em relação àquelas apresentadas anteriormente, inclusive seus valores correspondentes, em cumprimento da Resolução CFC 1.179/09 que aprovou a NBC TG 23(r) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, devido ao não reconhecimento no exercício de 2014 do resultado da desapropriação de 14 (quatorze) imóveis, que tiveram impactos relevantes nas contas patrimoniais e no resultado do exercício. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2015, examinamos também as reapresentações descritas na nota explicativa 04 citada. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração fora submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados onde emitimos relatório datado em 10 de março de 2015, que conteve opinião com ressalvas similares aos itens 01 e 03 do presente relatório.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2016.

AUDIFISCO Auditoria Fiscal e Contábil
CRC 2SP002135/O-1 - "S" RJ

Vander Bittencourt Ribeiro
Contador CRC 1SP159913/O-3 - "S" RJ